



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DE PORTO NACIONAL  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**GERUZA BARBOSA PAES**

**A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO NORTE DE GOIÁS: LIVROS  
E MATERIAIS DOS EXPEDIENTES ESCOLARES NO  
SÉCULO XIX**

Porto Nacional/TO  
2021

**GERUZA BARBOSA PAES**

**A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO NORTE DE GOIÁS: LIVROS  
E MATERIAIS DOS EXPEDIENTES ESCOLARES NO  
SÉCULO XIX**

Artigo foi avaliado (a) e apresentado (a) à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, Curso de Licenciatura em História para obtenção do título de graduada e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Regina Célia Padovan

Porto Nacional/TO  
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- P126i Paes, Geruza Barbosa .  
A instrução primária no Norte de Goiás: livros e materiais dos expedientes escolares no século XIX . / Geruza Barbosa Paes. – Porto Nacional, TO, 2021.  
32 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de História, 2021.  
Orientador: Regina Célia Padovan
1. Instrução primária. 2. Expedientes escolares. 3. Norte de Goiás. 4. Livros. I. Título

**CDD 901**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

GERUZA BARBOSA PAES

## A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO NORTE DE GOIÁS: LIVROS E MATERIAIS DOS EXPEDIENTES ESCOLARES NO SÉCULO XIX

Artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional, Curso de Licenciatura em História para obtenção do título de Licenciada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Regina Célia Padovan, Orientadora, UFT

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Benvinda Barros Dourado, Avaliadora, UFT

---

Prof. Dr. Vasni de Almeida, Avaliador, UFT

Porto Nacional, 2021

*À minha mãe, dona Maria de Fátima Barbosa Paes e ao meu pai, Jurandir Paula Paes (in memoriam) por semear em mim o prazer pela busca de conhecimento por meio de suas infinitas e belas histórias de pescadores.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, pela força e coragem que me concedeu para que eu chegasse até aqui. Aos meus pais e irmãos que, incansavelmente, me mostraram que eu era forte e que eu poderia sim alcançar meus sonhos mais altos, por investirem toda a sua confiança, apoio e força necessária, me mostrando com amor e dedicação que eu consigo. Cássia Santos, minha gratidão toda especial por você surgir em minha vida no momento em que mais precisei. Gratidão por você segurar a minha mão, me lembrar como respirar e dizer todos os dias o quanto eu sou forte e corajosa mesmo quando as circunstâncias me diziam o contrário. Obrigada pela paciência e amor diário. Lhe amo incondicionalmente!

À Universidade Federal do Tocantins - Campus Porto Nacional - por me abraçar e proporcionar momentos inimagináveis em que pude fazer parte de diversos projetos que foram de extrema importância para a minha formação, destaco PIBex, PIBID e PIBIC que me instruíram no caminho do ensino, da pesquisa e da extensão e, nesse sentido, enfatizo a importância dos professores que sempre levarei em meu coração por fazerem parte desses momentos. Ao grupo de pesquisa Arquivo e Cultura Escolar sob orientação das minhas queridas Regina Célia Padovan e Benvinda Barros Dourado que foram meu porto seguro em meio a tantas aflições acadêmicas. Professora Regina, minha eterna gratidão por me ensinar e instruir com tamanha dedicação no grupo de estudo, na Iniciação científica e na extensão, és uma mulher extraordinária. À professora Renata Brauner Ferreira e ao professor Radamés Vieira Nunes por serem, além de professores, detentores de amor e empatia, vocês foram essenciais nesses quatro anos de graduação e sempre terão um lugar especial no meu coração.

Às pessoas que, além de amigos, foram família. Agradeço imensamente por presenciarem as minhas dores e por não me deixarem cair, vocês foram meu sustento nos momentos em que me vi sem chão. Abigail Almeida, a minha princesa Helô, e Elizânia Corado por dividirem um lar e seus corações comigo. Samuel, Analu, Raquel, Alex, Barbara, a minha companhia de cafés literários, Karoline Gomes, Ítalo, Matheus Henrique por estarem presentes nos bons e maus momentos. Tainara Mousinho e Samara Santos por comporem o melhor grupo de estudos comigo e Bia, por dividirem dúvidas e ensinamentos, por todos os trabalhos em conjunto e pelo compartilhamento de leituras, especialmente, críticas. Às minhas meninas Raylane Oliveira, Isabella Santos, Paulla Gutierrez e Jamilly Monteiro, por mostrarem que nem a distância pode separar as amizades verdadeiras, sei que sempre poderei contar com vocês, minha casa e meu coração sempre lhes receberá com amor e uma xícara de café.

## RESUMO

O trabalho em questão trata do levantamento e estudos dos materiais de expediente utilizados nas escolas primárias, nas regiões do antigo Norte de Goiás, (atual Tocantins) no século XIX. A pesquisa teve como objetivo principal identificar e analisar os registros documentais referentes à instrução pública primária como forma de entendimento à dinâmica de funcionamento das escolas em algumas localidades do norte goiano. Utilizou como material de pesquisa os documentos manuscritos provenientes do Arquivo Histórico de Goiás (Goiânia), do Museu das Bandeiras (Cidade de Goiás), e do acervo on-line disposto pela Rede de Estudos de História da Educação de Goiás (REHEG). A metodologia de leitura baseou-se nos estudos da cultura material escolar, na compreensão da relação dos objetos e práticas escolares utilizados no processo de ensino das localidades em estudo. O procedimento consistiu em identificar as listas de materiais solicitadas pelos professores, inspetores paroquiais, e ou delegados literários, assim como os municípios. Com o uso de um roteiro de catalogação realizou-se a identificação do tipo de documento e data, local, número de pastas e ou subpastas, a depender da origem do documento. A visualização dos documentos exigiu um trabalho minucioso, no trato do material por vezes incompreensível e até mesmo ilegível, em especial, as imagens dos documentos manuscritos. Por fim, uma aproximação às condições materiais de funcionamento das escolas e do ensino elementar permitiu ampliar os estudos sobre a região no âmbito da historiografia.

**Palavras-chaves:** Instrução primária. Expedientes escolares. Norte de Goiás. Livros.

## ABSTRACT

The research in question deals with the survey and studies of office materials used in primary schools, in the regions of the former North of Goiás, (currently Tocantins) in the 19th century. The main objective of the research was to identify and analyze the documentary records referring to public primary education as a way of understanding the dynamics of the functioning of schools in some locations in northern Goiás. It used as research material the manuscript documents from the Historical Archive of Goiás (Goiânia), the “Museu das Bandeiras” (City of Goiás), and the online collection provided by the Network of Studies in the History of Education of Goiás (REHEG). The reading methodology was based on studies of school material culture, on the understanding of the relationship of school objects and practices used in the teaching process of the locations under study. The procedure consisted of identifying material lists requested by teachers, parish inspectors, and/or literary delegates, as well as municipalities. Using a cataloging script, the type of document and date, location, number of folders and/or subfolders were identified, depending on the origin of the document. Visualizing the documents required meticulous work, dealing with the material that was sometimes incomprehensible and even illegible, especially the images of the handwritten documents. Finally, an approximation to the material conditions of operation of schools and elementary education allowed the expansion of studies on the region in the context of historiography.

**Key-words:** Primary Education; School hours; North of Goiás. Books.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>A CULTURA ESCOLAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO..</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>A CULTURA ESCOLAR E A ESCOLARIZAÇÃO EM GOIÁS.....</b>	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO NORTE DE GOIÁS: LIVROS E OBJETOS ESCOLARES .....</b>	<b>22</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>25</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Compreendemos que tamanha é a importância em conhecer as formas de instrução que encontravam-se nas escolas de vilas e arraiais da região que compõe o que é conhecido, atualmente, como estado do Tocantins e que outrora era a região norte do Estado de Goiás. Assim, importa aqui, buscar por meio dos documentos manuscritos quais eram os materiais solicitados e recebidos nessas escolas de forma que possibilite entender que a qualidade da instrução dependia, especialmente, desses objetos que eram de tamanha importância para suprir as necessidades básicas dos educandos dessa região.

A Instrução primária no norte goiano era bastante precária por conta da pouca ou nenhuma manutenção tanto das escolas, quanto dos próprios objetos necessários para as aulas. Portanto, nosso intuito aqui é fazer um levantamento desses materiais e buscar conhecer se as solicitações eram atendidas ou não.

O objetivo da pesquisa, buscou compreender as práticas e representações (CHARTIER, 1988) evidenciadas pelo conjunto dos registros produzidos pelos professores e professoras, como necessidade ao exercício das aulas nas escolas de primeiras letras ou de ensino elementar nas diferentes localidades da região.

A pesquisa originou-se do estudo realizado no Programa de Iniciação Científica (PIBIC/UFT), entre os anos de 2019 e 2020, e dos estudos desenvolvidos no grupo de pesquisa Arquivo e Cultura Escolar.

O referido estudo buscou atender a parte de identificação dos documentos manuscritos sendo eles atas, ofícios, relatórios dos presidentes de província, ou listas de solicitação de professores da região, bem como, realizar o detalhamento dos recursos materiais vinculados aos expedientes escolares, que englobam desde a mobília das escolas, os livros e mais uma diversidade de materiais e objetos. As listas de materiais eram solicitadas pelos professores das diferentes localidades da província de Goiás, que eram encaminhadas pelos inspetores paroquiais que acompanhavam o funcionamento das escolas. Estes escreviam à Inspeção Geral da Instrução Pública, que se localizava na capital da Província, como órgão responsável pela conferência e providência dos recursos. As listas muitas vezes eram enviadas junto com os “mapas de aulas<sup>1</sup>”.

Para a presente pesquisa não utilizamos os mapas de aula no conjunto de documentos que foram utilizados contendo as listas de materiais para expediente escolar, pois o trabalho

---

<sup>1</sup>Os mapas de aulas serviam de comprovante no funcionamento das escolas, onde constavam a frequência dos alunos matriculados e serviam como requisito para o recebimento dos salários, os quais então eram enviados à Coordenação Geral da Instrução Pública, que se localizava na capital da província. Estes documentos não fizeram parte do acervo que tivemos acesso na pesquisa.

em questão não abordará a quantidade e frequência de alunos matriculados e sim, compreender quais eram os materiais utilizados nas aulas e, a partir de então, refletir acerca das práticas educativas na província goiana.

A pesquisa utilizou como fonte principal as listas de solicitação de materiais para expediente escolar que compunham livros e outros materiais que as escolas da região norte de Goiás utilizavam, assim como o mobiliário necessário para a adaptação do ambiente escolar que era necessário para professores e estudantes. Estes livros, objetos e mobiliários poderiam ser solicitados para escolas que pretendiam ser abertas ou mesmo para aquelas que já estavam em funcionamento nas vilas e arraiais da região nortense.

Assim, faz-se necessário ter conhecimento de quais eram os materiais mais solicitados, bem como, a quantidade e frequência de pedidos. A partir de então, pode-se realizar uma análise da temática para que se compreenda como se deu a Instrução primária na região norte de Goiás no século XIX, especialmente na segunda metade do mesmo. Percebendo, então, os aspectos culturais, sociais e econômicos.

Para tanto, separou-se o estudo em três tópicos, no primeiro tópico abordou-se “A Cultura Escolar no Brasil Oitocentista e suas contribuições” os estudos de Faria Filho et.al. (2004) no trabalho referente ao estudo de cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação. Tal qual, sustenta os estudos de Dominique Julia (2001) que analisa a Cultura Escolar como objeto histórico.

No tópico A Cultura Escolar na Província de Goiás contextualizou-se a realidade dessa província dando ênfase a região estudada e, assim, buscou-se refletir na questão de como a ideia de progresso que estava em discussão naquele momento, resultou em debates que viabilizassem a inserção e permanência da escola primária para Goiás.

No último e terceiro tópico tratou-se da Cultura Material Escolar na Região Norte da Província Goiana como resultado da nossa busca, onde, mostrou-se os objetos mais requisitados, os que eram solicitados por professores das escolas provinciais, assim como, o mobiliário e os livros que foram identificados com maior frequência nas listas de solicitação.

Assim, apresentaremos os objetos e os materiais utilizados nos expedientes das escolas de instrução primária no antigo Norte de Goiás, na segunda metade do Oitocentos, especialmente nos municípios de Porto Imperial (atualmente, Porto Nacional), Natividade, Boa Vista do Tocantins (Tocantinópolis), Arraial do Carmo (Monte do Carmo), Conceição do Norte (Conceição do Tocantins), Piabanha (Tocantínia), Taguatinga e Pedro Afonso buscando entender a dinâmica e o processo de funcionamento das escolas primárias na região através da identificação dos materiais escolares que eram solicitados pelos professores e inspetores

paroquiais das escolas primárias existentes no período, relacionando os objetos e quantidades solicitados.

Os municípios foram delimitados a partir da leitura das fontes manuscritas que dizem respeito à esta região, e neste caso os manuscritos identificados foram atas, ofícios, relatórios provinciais, mapas de aulas, entre outros documentos localizados nos arquivos do Museu das Bandeiras, no Arquivo Histórico Estadual de Goiás e na Rede de Estudos de História da Educação de Goiás – REHEG. Localizamos também, dentre tantos outros documentos de importância para a administração da província, as listas de materiais para expedientes escolares, bem como, toda e qualquer informação referente à Instrução pública primária do norte goiano.

Desta forma, sustentamos este trabalho investigativo com estudos capazes de instruir no manusear de fontes manuscritas que, em sua maior parte, encontram-se degradadas, rasgadas, e às vezes com manchas, ou ilegíveis causadas pelo tempo ou até mesmo por causa dos maus cuidados conforme aponta BACELLAR (2008). Para isso, salientamos a necessidade do estudo da paleografia. Contudo, para conseguirmos conhecer e aprofundar nos mares da cultura escolar (DOMINIQUE JULIA, 2001), em especial, sobre as escolas de instrução primária do antigo norte goiano é necessário entender as principais metodologias de leitura e as que se aplicavam ao trabalho com as fontes manuscritas.

Utilizamos, nesse sentido, o estudo sobre as metodologias para o trabalho com o campo investigativo da cultura material escolar a partir de Abreu Junior (2005), também sustentado por Veiga (2000). Como bem sustenta Abreu Junior (2005) acerca da ideia do trabalho investigativo do historiador e sobre a importância de conhecer e dominar as principais metodologias utilizadas no campo investigativo, percebe-se que é necessário um olhar minucioso aos detalhes ali postos, pois muitas vezes encontram-se nos documentos, a princípio, poucas informações e somente após a execução de um exame mais rigoroso é que obtém informações mais detalhadas. Percebemos, então, que “Lidamos, neste campo investigativo, com materiais escolares, muitos deles de uso tão corriqueiro que beira a banalidade. São livros, cadernos, lápis, tinteiros e outros objetos bem pouco sofisticados” (ABREU JR. 2005, p. 152).

## 2 A CULTURA ESCOLAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO

O século XIX foi caracterizado por inculcar em cidadãos de diversas partes do mundo a busca por uma identidade nacional. Na Europa, as instituições escolares são percebidas como símbolos resistentes de formas de instalação dos modelos de civilidade e civilização no sentido de promover aspectos primordiais do que se espera de pessoas consideradas como cidadãos. Nesse sentido, percebemos o Brasil oitocentista como uma nação permeada de formas de instaurar modelos educacionais que visavam a dita civilização.

De Certeau (1998, p. 115)) sugere ao afirmar que “uma sociedade seria composta de certas práticas exorbitadas, organizadoras de suas instituições normativas, e de outras práticas[...]” para refletir sobre os efeitos de dispositivos organizadores próprios dos discursos propostos pelas Luzes e apropriados pelas formas de vigilância que a dita instituição escolar brasileira propôs com a intensificação de metodologias de ensino que obtivessem resultados positivos. Assim, a proposta de execução de um sistema educacional que visasse a instauração de normas capazes de instruir para promover o progresso e ao mesmo tempo, que pudesse organizar a população que compunha a instituição escolar ascendeu significativamente neste cenário.

Nesse sentido, localizamos em Saviani (2008, p. 5) acerca da Pedagogia Tradicional a instauração de um sistema educacional capaz de instruir e formar cidadãos com a intenção de melhorar as mazelas atribuídas a ignorância, ou seja, determinando que com o fortalecimento de instituições escolares e, através do ensino, transformar os então súditos em cidadãos livres que até este momento encontravam-se às margens da sociedade. Para tanto, afirma o autor que a constituição dos chamados “sistemas nacionais de ensino” data de meados do século XIX e “sua organização inspirou-se no princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado”.

Neste aspecto, à educação é atribuída a função de organização e de superação da ignorância da sociedade, ignorância essa que é a causadora da chamada “marginalidade”. Saviani (2008, p. 05) ainda sustenta que “escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente”. No entanto, conforme reflexões posteriores sobre o modelo anteriormente exposto, o autor conclui que:

A referida escola, além de não conseguir realizar seu desiderato de universalização (nem todos nela ingressavam e mesmo os que ingressavam nem sempre eram bem-sucedidos) ainda teve de curvar-se ante o fato de que nem todos os bem-sucedidos se

ajustavam ao tipo de sociedade que se queria consolidar. Começaram, então, a se avolumar as críticas a essa teoria da educação e a essa escola que passa a ser chamada de Escola Tradicional. (SAVIANI, 2008. p.6).

As diversas formas de intercâmbio cultural com a Europa, nesse momento, contribuíram para que chegasse ao então território brasileiro modelos de Instrução até então desconhecidos para a nação que se via em busca de uma identidade nacional, mas que estivesse moldada nas Instituições escolares europeias. Assim, temos em Dominique Julia (2001) acerca do estudo de Cultura Escolar, mais precisamente sobre a instauração de escolas primárias que tinham por intuito provocar sentimentos de pertencimento às nações europeias nos indivíduos ainda crianças, o autor expõe que:

Seja o caso da instauração da instrução primária obrigatória que foi realizada em diferentes países da Europa, em diferentes momentos do século XIX: esta construiu - se mais freqüentemente ligada a um projeto político que visa a associar cada cidadão ao destino da nação à qual pertence. Não se trata somente de alfabetizar, trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de “progresso. (JULIA, 2001. p.23).

Conforme o autor aponta, os saberes estavam ligados a essa ideia de progresso e tal progresso percebia-se conforme a valorização de métodos baseados nas ciências em ascensão, caracterizando um projeto que visava o afastamento da educação ou da escolarização, anteriormente localizada nas mãos da Igreja. Esta era a instituição que concentrava seu poder nas diversas entidades dominantes, mas que neste momento a substituição da escolarização que antes era ofertada pelo padre, agora é atribuída a figura do professor.

Dominique Julia (2001) aponta que essa mudança não ocorreu de forma simples e passiva, mas que houve forte resistência por parte da Igreja. As escolas de Instrução Primária faziam uso do ensino “Elementar” onde a intenção era a de instruir pessoas baseadas nos ensinamentos da fé com instrumentos necessários para a compreensão da mesma, quer dizer, não importava que indivíduos civilizados apenas professassem a sua fé se não utilizassem do estudo de manuais cristãos.

Nesse sentido, “os antigos valores não são, no entanto, eliminados como por milagre, as antigas divisões não são apagadas, novas restrições somam-se simplesmente às antigas” (JULIA, 2001, p. 23) Isto exemplifica, como tais procedimentos são perceptíveis quando observadas as listas de solicitação de materiais para os expedientes escolares, no sentido de analisar as práticas das escolas no então século XIX nas províncias brasileiras, por exemplo, quando nas listas de solicitações de material para expediente escolar há ocorrências de solicitações de compêndios da doutrina cristã, livros de catecismos e bíblias, que são comumente localizados nas solicitações encontradas.

Por conseguinte, faz sentido adentrarmos no campo de estudo dos autores representados por Faria Filho; Gonçalves; Vidal e Paulilo (2004) como forma de identificar um dos campos de pesquisa atribuídos a História da Educação que se trata dos estudos de Cultura escolar a partir da perspectiva da categoria de análise e do campo de investigação proposto.

Os autores retomam a proposta de Dominique Julia em estudar a cultura escolar além da simples reprodução. Desse modo, Faria Filho et. al. (2004, p.144) pontuam que “Julia convidava os historiadores da educação a se interrogarem sobre as práticas cotidianas, sobre o funcionamento interno da escola” para a partir de então, refletir sobre as práticas educativas, não apenas as práticas europeias, mas também, as brasileiras. Nesse sentido, ainda sustentam que as semelhanças e diferenças apontadas por outros estudiosos, além de Dominique Julia consiste em atribuir conceitos para as práticas de pesquisa e os objetos históricos “o que serve de alerta à sua incorporação nos estudos no Brasil, pela atenção às diversidades culturais, sociais e históricas da escolarização entre os diferentes países ” (p.149).

Compreende-se que a ação de adentrar nos estudos de cultura das populações escolares vai de encontro com o que os historiadores da historiografia Cultural nos propõe, ou seja, entende-se que, a História da Cultura anteriormente referente à uma História mais elitizada e que não comportava os estudos voltados às populações marginalizadas. A partir das pesquisas iniciadas ao final do século XX, entende-se o que José d' Assunção Barros assinala que “é esta História Cultural – aqui entendida no sentido de uma história da cultura que não se limita a analisar apenas a produção cultural literária e artística oficialmente reconhecida” (BARROS, 2005, p. 126). O autor ainda sugere que esses historiadores ignoravam e negligenciavam os estudos de uma diversidade de populações por não se atentarem ao fato de que “toda a vida cotidiana está inquestionavelmente mergulhada no mundo da cultura” e somente nas últimas décadas do século anterior, isso tornou-se perceptível.

Por conseguinte, temos em Roger Chartier (1988) certa crítica voltada à construção e constituição da história da sociedade, ou neste caso, de populações, em que os estudos voltados à esta categoria da historiografia comportem uma série de objetos que possam representar uma dada população ou comunidade

A tentação sociológica consiste aqui, em considerar as palavras, as ideias, os pensamentos e as representações como simples objectos a enumerar, a fim de reconstituir a sua distribuição desigual. O que significa privar o sujeito (individual ou colectivo) da análise e negar qualquer importância a relação (pessoal ou social) que mantém os agentes sociais com os objectos culturais ou os conteúdos do pensamento. (CHARTIER, 1988. p.50)

Nessa linha, Chartier ainda expõe que é necessário um certo rigor ao se trabalhar com determinado produto ou ideia, pois, ao apropriar-se deles, deve ater-se ao fato de que é variável e não, concreto. Retomando as reflexões de José de Assunção Barros, compreende-se o que ele sugere ao propor que qualquer sujeito que incorpora ideias comumente pertencentes à uma população, está produzindo cultura e, nesse sentido, entende-se que a cultura não diz respeito apenas a uma produção textual, por exemplo, e sim, uma série de práticas incorporadas por uns e representadas por outros.

As noções que se acoplam mais habitualmente à de “cultura” para constituir um universo de abrangência da História Cultural são as de “linguagem” (ou comunicação), “representações”, e de “práticas” (práticas culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as “práticas discursivas” como as práticas não - discursivas). (BARROS, 2005. p. 129)

O autor ainda assinala que Roger Chartier produz estudos voltados para o entendimento das “transferências entre a cultura oral e cultura escrita, mostrando como indivíduos não-letrados podem participar da cultura letrada através de práticas culturais diversas” (p. 130). Assim, entende-se a importância dos estudos acerca da História Cultural para compreensão das suas contribuições na construção historiográfica da cultura das populações escolares.



### 3 A CULTURA ESCOLAR E A ESCOLARIZAÇÃO EM GOIÁS

Um dos aspectos primordiais para que se possa adentrar nos campos de estudos da cultura escolar para investigar a instrução primária é por meio da cultura material escolar. Para Dominique Julia (2001, p.9) “A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar”. Nesse sentido, compreende-se que há uma gama de problemas localizados no ambiente e no cotidiano escolar, de forma que, a partir da análise e problematização dessas minúcias como as normas e procedimentos utilizados no ambiente escolar é possível ampliar os conhecimentos do cotidiano das escolas e, como cultura material, podemos partir da concepção destacada pelos autores.

Através do conhecimento da cultura escolar apreende-se os pormenores referentes às formas de instrução, por meio da compreensão dos materiais que eram utilizados nas escolas, bem como, o destino dos mesmos. Tratando-se, nesse caso, das escolas brasileiras oitocentistas compreende-se que, para que se obtenha minimamente possibilidades de instrução em determinada localidade, é importante entender a necessidade do investimento do Estado Imperial para que a demanda seja atendida.

Outro aspecto relacionado ao lugar da escola no período monárquico, diz respeito a criação da instrução pública ou da obrigatoriedade do ensino elementar, no ano de 1827, como um projeto necessário de sustentação do Estado imperial. Com a promulgação da primeira Lei e a criação de escolas em todo o território nacional, via responsabilidade das províncias, o Estado garantia o controle e a governabilidade da população, num contexto de instabilidades e manifestações contrárias no pós independência. (FARIA FILHO, 2007)

Na província de Goiás, e em especial, o norte goiano, as questões quanto à criação e provisão das escolas e seu funcionamento obedeceu ao desenvolvimento histórico diferenciado por parte dos arraiais, vilas e cidades. Em cada localidade, em distintos períodos do século XIX, foram criadas, providas, fechadas e reabertas as escolas de meninos e meninas.

No âmbito do Império, de certa forma, desprovida de atenção do restante do país, a província de Goiás possuía tamanha aspiração ao crescimento e reconhecimento do poder político e, conseqüentemente, econômico. Dessa forma, concordamos que: “No século XIX, o esforço empreendido na ampliação e fortalecimento do poder político imperial foi marcado pelo incentivo à navegação dos rios Araguaia e Tocantins, na intensificação do comércio com o Pará e o Maranhão” (DOURADO e PADOVAN, 2017, p. 202).

Seja pelo desfavorecimento perceptível por parte do governo Imperial ou pela dificuldade de acesso a essa região que, até o final do dezenove, era motivo de questionamentos e debates consideráveis, a província de Goiás ainda caminhava a passos lentos em busca da tão requisitada Modernidade e Progresso que muitas províncias já notavam. Essa lentidão no caminho do progresso pode ser explicada pela pouca ou nenhuma exploração das regiões interioranas do país que, mesmo após a sua independência, ainda buscavam incentivo à navegação nos rios Araguaia e Tocantins.

Conforme ERTZOGUE (2013) após a segunda metade do século XIX, haviam ainda inúmeras dificuldades de acesso por embarcações de grande porte em seus rios por se tratar de localidades que possuíam bastante barreiras naturais, sendo este um dos motivos expostos quando solicitado e não atendido fomento à navegação, visto que tais investimentos eram comumente disponibilizados à outras regiões do país.

Ainda assim, nota-se um forte embate acerca dos processos e motivos de desenvolvimento da província de Goiás. Temos em PALACIN (1994apudCASSIMIRO e RIBEIRO, 2013) a questão do desenvolvimento percebido no período em que vigorou o processo de mineração nessa região onde, com base nesses estudos, resultou em ganhos e acúmulo de benefícios para a província, mas, conforme estes autores, há fortes debates no sentido de afirmar que tal desenvolvimento não foi tão significativo para além da economia local.

O necessário intercâmbio comunicativo com outras províncias resultou em investimentos nos setores de navegação, levando a região norte de Goiás, estar em contato com outras populações, provocando mudanças significativas no seu interior, mesmo que a passos lentos. O desenvolvimento das navegações pelos rios Araguaia e Tocantins acabou por receber recursos de investimento no setor comercial, valorizando assim as localidades que anteriormente pouco se tinha conhecimento de seu poder aquisitivo.

Portanto, conforme a província de Goiás ascendia, especialmente, no setor do comércio fluvial percebeu-se um crescente desenvolvimento econômico em decorrência das investidas em outros setores. A província contava com um extenso território e desta forma, esperava-se que a mesma viesse a elaborar diversas maneiras de administrar sua economia. Em se tratando do Norte goiano, a economia baseava-se em “atividades de criação e extração [e, assim] vigorou a prática produtiva vincula-se ao plantio de subsistência e [...] e a criação de gado” (DOURADO; PADOVAN, 2017, p. 203). Acrescida ao comércio das navegações e outras atividades econômicas, outros setores viriam a beneficiar a economia provincial e consequentemente a região norte da província.

Dessa forma, conforme as mudanças no setor econômico tornaram-se perceptíveis, outras necessidades de acompanhamento foram adquirindo importância na província, quer dizer, para que Goiás se tornasse um próspero território em relação às demais províncias do Centro Sul do país, notou-se o quão essencial seria que a sua população acompanhasse tal crescimento. Para tanto, e para que isso ocorresse, deveria ser composta de pessoas “civilizadas”, especialmente porque no início do século XIX uma parcela significativa da população goiana era analfabeta. Conforme aponta Dourado (2013), nota-se que

Ao longo do período imperial no Brasil, várias medidas foram tomadas a fim de organizar a instrução pública, como dotar o país de um sistema de ensino e suprir as províncias de escolas primárias. A instrução pública era considerada uma das peças fundamentais para a construção de um Estado nacional brasileiro e de um povo “civilizado”. (DOURADO, 2013, p. 15)

Em se tratando do que é pontuado pela autora, o projeto educacional que estava sendo arquitetado para as províncias, especialmente, do norte do país, estava relacionado mais à uma pressão por parte do governo Imperial do que às prioridades dos governos provinciais. Isso se torna significativo ao percebermos a enorme problemática que há nas formas de instrução e descasos ocasionados por conta de um sistema educacional que, embora estivesse sendo arquitetado, em momento algum foi importante ou tão necessário como os outros setores da sociedade, quando comparado os investimentos voltados à educação e ao comércio fluvial, a título de exemplos, ressignificando uma educação recém-nascida, mas não prioritária. Dessa forma,

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1988 p. 17)

Concordamos com Chartier (1988) ao aplicarmos na questão aqui discutida que os projetos educacionais representavam apenas um aspecto de um projeto ainda maior, aquele referente a busca pela Modernidade que estava em constante discussão. Nesse sentido, é notável que as práticas se baseavam em projetos voltados às questões sociais ou políticas que eram de maior relevância para o Governo Imperial.

Podemos perceber que, embora a questão da educação estivesse sendo discutida ou sobre responsabilidade das províncias, resultou que a criação de leis e promulgação de atos adicionais funcionou em muitos casos para diminuir os conflitos ou tensões que foram desencadeados por discussões acerca das escolas para as vilas e arraiais. Fica perceptível na leitura dos documentos da província de Goiás, que a obrigatoriedade da organização do

sistema educacional, não significou o estabelecimento imediato de escolas ou aulas (Padovan, 2011).

De acordo com os apontamentos de Valdeniza Maria Lopes da Barra (2008) as reflexões sobre “condições materiais para o exercício docente” puderam ser entendidas no contexto do projeto educacional oitocentista, quanto ao alcance e debate da modernidade em curso no país. No entanto, enquanto tal projeto encontrava-se centralizado nessas discussões, na sua execução vigorava um ensino baseado nos princípios do Estado sustentado pela doutrina cristã. Assim, no sentido de refletir sobre as formas de escolarização na província de Goiás, aponta a autora que:

A centralidade do projeto modernidade é tão ocupada pela lógica da racionalidade como pela doutrina cristã. Explorar esta e outras dimensões amalgamadas neste projeto, no curso do século XIX é exercício que ajuda a delinear com maior precisão, os contornos do projeto educacional da província de Goiás (BARRA, 2008. pp.169-170)

Destarte, a partir dessa exposição de um panorama dessa província, buscou-se compreender a proposta educacional oitocentista no sentido de relacionar as formas de instrução e as ferramentas utilizadas pelos professores, no caso, os objetos para expediente escolar solicitados, e no conhecimento das práticas educacionais, pensar para qual público estavam sendo encaminhados tais materiais solicitados pelos professores.

Em documentos como atas, ofícios e relatórios, que fazem referência à província de Goiás, observa-se que os materiais que vinham a ser disponibilizados, eram destinados, preferencialmente, para os alunos mais pobres e a solicitação dos mesmos era feita, muitas vezes em forma de súplica (VALDEZ, 2011).

Porém, ao observarmos o contexto nacional, percebemos uma problemática a mais em se tratando de quem eram os alunos que frequentavam as escolas. Os documentos manuscritos propunham que parte significativa dos estudantes que compunham o corpo discente dos diferentes municípios eram indivíduos que provinham de famílias com pouca aquisição e, assim, necessitavam do amparo das instituições governamentais para manter-se nas escolas. No entanto, o que não fica explícito nos documentos em questão é a situação das pessoas que faziam parte da população existente nas pequenas cidades de Goiás.

Ou seja, conforme tal leitura não temos conhecimento sobre as formas e a quem eram oferecidas a instrução e escolarização, como também, a qual público destinava-se. Neste aspecto, em determinados documentos manuscritos, as listas de solicitação de materiais para expedientes escolares embora sinalizem a relação e quantidade dos objetos escolares, imagina-se que a população livre pobre, assim como moradores representantes da população

negra não era impedida de participar das aulas. Por sua vez, o que não significava que havia apoio governamental no envio dos materiais requisitados pelas escolas nos municípios, vilas e arraiais da região.

A identificação de alunos pobres, indigentes ou precisados de utensílios para leitura e escrita, foi motivo de outros estudos sobre a escolarização em outras províncias do império (VEIGA, 2008). Em Goiás, assim como demais províncias, funcionou a "caixa escolar" como recurso destinado à sustentação dos alunos mais pobres, entre outras necessidades, para manutenção das frequências e garantia de funcionamento das escolas.

Muitas instituições escolares ofertavam vagas para meninas e meninos, neste caso as escolas mistas, porém é perceptível a diferença em se tratando de quantidade, mesmo que não estejamos trabalhando propriamente com os mapas de aula onde é possível localizar mais precisamente a quantidade de alunos, frequência, bem como, o tipo de público que determinada escola comportava.

A compreensão da cultura escolar na região norte de Goiás no período Imperial se estabelece a partir de leitura e análise de documentação manuscrita no intuito de conceber uma releitura historiográfica, pois durante o século XIX muito se utilizou dela, ou seja, a documentação manuscrita para a comprovação da execução das ações que eram importantes para a administração pública, inclusive da Instrução Pública. Assim,

Quando a história recebeu o estatuto de ciência, o que se deu com a escola positivista em fins do século XIX, o registro privilegiado pelo historiador era o documento escrito, sobretudo o oficial. Esse documento assumia o peso de prova histórica e a objetividade era garantida pela fidelidade do mesmo. (VIEIRA et al., 2005, p. 13).

Com base neste cenário, faz-se necessário identificar o detalhamento dos recursos materiais vinculados aos expedientes escolares, que englobavam desde a mobília das escolas até os livros e outros diversos materiais e objetos que eram solicitados pelos professores e encaminhados pelos inspetores paroquiais para a Inspetoria Geral da Instrução Pública da província de Goiás, órgão responsável pela conferência e providência das listas de materiais, enviadas junto com os “mapas de aulas”

#### **4 A CULTURA MATERIAL ESCOLAR NO NORTE DE GOIÁS: LIVROS E OBJETOS ESCOLARES**

Através da identificação dos documentos referentes à instrução primária nos municípios que compunham a região do antigo Norte de Goiás foi feita a busca e identificação dos documentos encontrados nos manuscritos fotografados nos arquivos do Museu das Bandeiras (Cidade de Goiás) e do Arquivo Histórico Estadual de Goiás (Goiânia)<sup>2</sup>. Para completar as informações recorreremos também ao material transcrito da Rede Estudos de História da Educação de Goiás (REHEG).

Quanto aos arquivos estes comportam uma série de documentos, de variados assuntos e conteúdos, que eram de interesse da administração da província de Goiás. Neste sentido, percebeu-se necessário, primeiramente, fazer a busca no conjunto da documentação das informações referentes à instrução pública, por conseguinte, da instrução primária em meio a tantas outras de natureza administrativa.

Dessa forma, dos municípios analisados situados na região onde atualmente encontra-se o Tocantins e que no período denominamos região “Norte de Goiás” podemos destacar ocorrências das vilas, arraiais e com o passar das décadas, municípios como: Natividade; Piabanha (Tocantínia); Pedro Afonso; Boa Vista (Tocantinópolis); Porto Imperial (Porto Nacional); Conceição do Norte (Conceição do Tocantins); Taguatinga; Vila da Palma; Arraial do Carmo (Monte do Carmo); São José do Duro (Dianópolis).

Enfatizamos num primeiro momento que os documentos localizados referente à instrução pública primária compõe uma grande quantidade de arquivos relacionados a todo o século XIX na província em questão. No entanto, destacamos que o recorte proposto atendeu apenas às localidades da região Norte, mais precisamente, à segunda metade dos oitocentos. Dessa forma, exemplificaremos, a seguir, apenas documentos com ocorrências que contenham listas específicas de solicitação de materiais utilizados nos expedientes escolares, sendo que além dessas listas, localizamos outros manuscritos que referem-se às discussões acerca da criação de escolas, bem como, a manutenção das mesmas.

Outro aspecto interessante está relacionado às comparações entre dois documentos manuscritos de diferentes localidades na província goiana que fazem uso de reclamações em decorrência da atenção concedida à outras localidades que não compõem o norte de Goiás.

---

<sup>2</sup> Destacamos que o material trabalhado na pesquisa constituiu um acervo de fotografias que foram obtidas por uma equipe da secretaria de Educação e Cultura do Tocantins e cedidas às professoras Benvinda Barros Dourado e Regina Célia Padovan, pesquisadoras sobre a região no século XIX e início do XX.

Tabela 1 - Municípios e listas de solicitação de material para expediente escolar

<b>Municípios</b>	<b>Data</b>	<b>Arquivo</b>
Arraial do Carmo	18/01/1874	REHEG
Freguesia N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> do Carmo	18/01/1890	REHEG
Freguesia N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> do Carmo	11/08/1890	REHEG
Freguesia N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> do Carmo	16/12/1890	REHEG
Boa Vista do Tocantins	22/04/1864	REHEG
Dianópolis	22/01/1878	Museu das Bandeiras
Conceição do Norte	19/09/1856	Museu das Bandeiras
Conceição do Norte	15/02/1856	Arquivo Histórico de Goiás
Conceição do Norte	21/06/1873	REHEG
Conceição do Norte	11/12/1873	REHEG
Natividade	21/08/1873	REHEG
Natividade	21/01/1874	REHEG
Vila da Palma	04/09/1875	REHEG
Porto Imperial	23/08/1858	Arquivo Histórico de Goiás
Porto Imperial	22/01/1861	Arquivo Histórico de Goiás
Piabanha	01/09/1872	Arquivo Histórico de Goiás
Piabanha	17/01/1888	Museu das Bandeiras
Piabanha	07/06/1858	Arquivo Histórico de Goiás
Piabanha	22/04/1868	REHEG
Taguatinga	25/03/1873	REHEG
Taguatinga	06/07/1876	Arquivo Histórico de Goiás
Pedro Afonso	15/04/1872	REHEG
Pedro Afonso	15/02/1865	Arquivo Histórico de Goiás

Fonte: Arquivo Histórico de Goiás; Museu das Bandeiras e Rede de Estudos de História da Educação de Goiás (REHEG).Elaborada pela autora (2021).

Tabela 2: Livros para expedientes escolares – escolas da região Norte de Goiás

<b>TIPO</b>	<b>QUANTIDADE POR LISTA</b>
Livros de matrícula	1
Livros de ponto	1
Livros de exame	1
Livros de visita	1
Coleção de cartas	4
Coleção de cartas p/ I. Primária	2
Compêndios da D. Cristã	16
II da Gramática Nacional	16
Compêndios de Aritmética	16
Cartilhas da Doutrina Cristã	12
Exemplares do Sistema Métrico	12
Exemplares de Taboada	12
Coleções de Traslados Impressos	4
1º Livros do Dr. Abílio	36
2º Livros do Dr. Abílio	24
3º Livros do Dr. Abílio	12
Cartilhas de Mesquita Pimentel	16

Fonte: Arquivo Histórico de Goiás; Museu das Bandeiras e Rede de Estudos de História da Educação de Goiás (REHEG). (Tabela 2 elaborada pela autora).

As listas de materiais de expediente solicitados pelos professores eram compostas em sua maior parte por papel, tinta, penas, lápis, cartilhas, compêndios traslados em passos, tinteiros, bem como, os livros. Além do material para o uso dos alunos, havia o pedido de mobiliários, como mesas, bancos, carteiras e também alguns itens relacionados à manutenção das escolas e dos alunos, tais como vassouras, potes para água, copos, pratos, etc.

Acrescido aos livros imprescindíveis para a realização de matrícula dos alunos, também vigoravam os livros de ponto, livros para visita e termos de exames, procedimento exigido pela inspetoria das escolas. Outros livros recorrentes eram os exemplares da coleção de cartas, da coleção de aritmética, de catecismo, de tabuadas, e de cartas para instrução



primária; além dos compêndios da doutrina Cristã, da gramática nacional e da aritmética, como sendo os mais solicitados.

Identificou-se também a disponibilização de material para uso dos alunos mais pobres, desde os livros didáticos até outros materiais mais comuns como lápis, papel, lousa, tinta, penas, entre outros. Assim, tem-se os livros determinados para as séries como: cartas de ABC e de sílabas; gramática da infância; primeiros, segundos e terceiros livros para as séries iniciais como: as cartilhas de Mesquita Pimentel e aritmética de Lobato Pires.

O Dr. Abílio, ou como ficou conhecido, o Barão de Macaúbas, foi pioneiro na publicação de livros de leitura. Para Valdez (2007) o Barão

(...) Destacou-se pelas suas obras para a infância brasileira (...), pela participação e premiação em congressos nacionais e internacionais de educação, pela inovação nos métodos de leitura, escrita e desenho, pela abolição de castigos corporais e inúmeras outras atividades na educação brasileira (VALDEZ, 2007, p. 10)

Na tabela 2 apresentamos os livros que aparecem com maior frequência nas listas, estes que eram dos livros mais solicitados e que compunham os materiais utilizados nas aulas e nas escolas. É importante dar ênfase ao fato de que a quantidade e frequência com que eram solicitados poderia variar de acordo com a escola e localidade que requeria, baseando-se sempre, na quantidade de alunos matriculados.

Dos livros que frequentemente são localizados nestas listas, percebemos os livros do Dr. Abílio, este que se tornou referência por utilizar métodos eficazes no processo de aprendizagem para a Instrução primária contando com a vasta disseminação de suas ideias. O autor propunha um método de ensino intuitivo que provocava a compreensão de seu conteúdo para além da simples reprodução de ideias, tal método nunca antes explorado na província, mas que, quando colocado em prática, ficou provado sua eficácia e tornou-se cada vez mais popular nas escolas da região.

O método proposto pelo então Dr. Abílio, o Conde de Macaúbas como popularmente ficou conhecido, já havia sido testado nas escolas europeias, especialmente em Londres e França, conforme ele aponta em um de seus exemplares, que está disponível de forma on-line pela Rede de Estudos de História da Educação de Goiás, para a promoção de seus ideais e métodos intitulado “Primeiro Livro de Leitura: para uso da infância brasileira” publicado originalmente em Paris no ano de 1866.

Notamos, ao analisar determinadas listas ou documentos de solicitação, a possibilidade de identificação do funcionamento das escolas ou aulas que, eram de ensino elementar e funcionavam em determinadas vilas ou arraiais onde eram ministradas em casas alugadas exclusivamente para esta finalidade ou até mesmo na residência do professor. O

funcionamento das escolas estava condicionado ao local, geralmente a casa do professor ou outro espaço mediante o valor recebido pelo aluguel pago pelos cofres provinciais via coletoria local. Esta situação pode ser observada nos documentos referentes ao município de Natividade que aqui pode ser utilizado como exemplo.

Em que pesem as deficiências da administração, por vários fatores, as aulas do ensino elementar eram comuns nas vilas e arraiais, [...] as aulas funcionavam em casas alugadas, especialmente para esse fim ou na residência do professor, que nesta hipótese recebiam o valor do aluguel. Para os alunos pobres eram fornecidos livros e outros materiais como lápis, papel e lousa, uma espécie de lâmina de ardósia com moldura de madeira em que se faziam cálculos e se escrevia usando lápis do mesmo material. (AHGO, Cx1, Natividade, 1830-1870).

Portanto, ao notar quais eram os objetos livros e materiais solicitados pelos professores e destinados aos alunos e às escolas, entendemos o que Vidal (2009, p.32) sugere ao dizer que “este conjunto que poderíamos chamar difusamente de cultura material escolar, se considerado em sua seriação, permite-nos conhecer as estratégias de conformação da corporeidade dos sujeitos imposta pelos mecanismos do poder”.

Ainda, essa autora considera, a respeito das práticas escolares, por meio da perspectiva é possível compreendê-las no sentido das atribuições perpassadas entre as diversas culturas e,

[...] porque convida a perscrutar as diversas culturas que convivem no interior da escola, como as culturas familiares, infantis, docentes, administrativas, percebendo-as não como isoladas ou puras, mas como mestiças; ao mesmo tempo, reconhecendo a escola como um lugar de fronteira cultural, de zona de contato, e a cultura escolar como uma cultura híbrida. (VIDAL, 2009. p. 30)

Importante enfatizar que as listas de materiais das escolas referentes à região em estudo não apresentaram alterações ao longo das décadas, em fins do século XIX, evidenciando a regularidade no uso. No entanto, a existência de muitos ofícios com questionamentos ou reclamações pelos professores devido ao não recebimento ou quantidade indevida mostraram por um lado as dificuldades na operação das relações entre o lugar da escola (PADOVAN, 2011) e os sujeitos diretamente envolvidos. Por outro, a responsabilidade aos professores no controle dos registros e da condição social dos alunos (VALDEZ, 2011).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tanto, a pesquisa teve por intuito fazer um levantamento e estudo acerca das particularidades das escolas de instrução primária instaladas no Norte goiano no século XIX, no sentido de compreender as práticas e representações evidenciadas pelo conjunto dos registros utilizados. Portanto, a partir da análise desses registros documentais e das práticas educativas, possibilitou-se compreender de que forma foram apreendidas e representadas pela sociedade goiana o cotidiano escolar, e por meio da materialidade composta nas listas de solicitação entende-se quais livros, objetos e mobiliário foi atendido pelo governo imperial e, posteriormente, republicano para suprir as necessidades de vilas, arraiais e municípios da região norte de Goiás.

Ao especificar os livros utilizados, os objetos necessários às aulas de instrução primária, as localidades atendidas e a diferenciação de quantidades, podemos compreender e nos aproximar um pouco das formas como o processo da escolarização foi diverso. Desde a disposição dos materiais às diferentes ações empreendidas por professores, inspetores e administradores em geral, compreendemos parte da dinâmica das escolas do norte Goiano, região desprovida de recursos financeiros e distante das decisões administrativas da província.

Como pontuamos anteriormente, as listas de solicitação evidenciaram a intenção de melhores métodos para a aplicação nestas escolas. No entanto, a pouca atenção concedida para essa região por parte do governo provincial tornou explícito que, por vezes, a intenção de professores em ministrar aulas e disseminar o conhecimento não era o suficiente nestes casos pois, muitos professores, além de promover a instrução, eram responsáveis por grande parte das responsabilidades administrativas das escolas, mas não recebiam o financiamento adequado para todos os gastos e custos com a instrução primária.

Percebemos que, baseando-se nas informações obtidas nos documentos manuscritos que foram acessados, os valores requeridos eram utilizados para o pagamento dos aluguéis das casas onde funcionavam as aulas ou escolas de primeiras letras quando não houvesse prédio próprio para esta finalidade, assim como, para o pagamento do salário dos professores, para a aquisição do mobiliário das escolas e para os materiais escolares que eram utilizados pelos alunos. Em algumas solicitações os professores requeriam determinado valor para custear os gastos com as escolas, porém, estes não especificavam quais gastos se tratavam, diferentemente das listas que eram mais descritivas e apontavam, detalhadamente, quais eram os materiais e a quantidade necessária.

Assim, é perceptível na leitura dos relatórios e ofícios certa ênfase mostrando a necessidade do poder público em atender os pedidos de tudo que era necessário para a permanência ou a criação de escolas. Porém, o fato de serem solicitados e reforçados os pedidos, não significam a garantia de recebimento, tanto das quantias em dinheiro, quanto dos materiais solicitados. Há relatos de solicitantes reclamando do fato de determinado município haver recebido os materiais antes mesmo que sua escola, embora ela tenha solicitado com antecedência. Geralmente, as escolas mais atendidas faziam parte da região sul da província de Goiás.

Portanto, a pesquisa proporcionou uma aproximação ao entendimento e compreensão de como se deu o funcionamento das escolas, analisando, por meio do estudo da cultura escolar, especialmente das escolas de instrução primária. Tal perspectiva tem reforçado por meio das leituras relacionadas à temática e sustentadas por trabalhos como os de Dominique Julia (1995) no sentido de entender como e para quê estudar a cultura escolar, assim como em compreender o projeto educacional em vigor na província de Goiás, debatido e problematizados por Valdeniza Lopes da Barra (2011).

Diante do exposto, destacamos a relevância em trabalhar acerca da abordagem da cultura material escolar do Norte Goiano, o que nos desperta a reflexão sobre o entendimento da escolarização na região, bem como, da historiografia em construção das escolas no período republicano e sua compreensão para os tempos atuais, no Estado do Tocantins.

## REFERÊNCIAS

ABREU JR, Laerthe de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. **Pro-posições**, v.16, n.1 (46), p. 145-164 - jan./abr. 2005.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos in: PINSKY, Carla Bassanezi. et al (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. Cap. 02. p. 23-303.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Org.) **Estudos de História da Educação de Goiás (1830-1930)**. Goiânia: 1. ed. PUC/Goiás, 2011. 304 p.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. Condições materiais para o exercício docente: sinais de um projeto educacional oitocentista. **Cadernos de História da Educação**. n. 7, jan./dez. 2008. Uberlândia: EDUFU, 2008. pp. 165-177.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. Cotidiano e materialidade da escola primária oitocentista: ruídos entre público e privado. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.8, n.24, p.84- 96, set./dez. 2018.

BARROS. José D'Assunção. A HISTÓRIA CULTURAL E A CONTRIBUIÇÃO DE ROGER CHARTIER. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

CASSIMIRO, Hugo Leonnardo; RIBEIRO, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante. Mulheres Negociantes em um Porto do Sertão. **Fronteiras Móveis: culturas, identidades/ Cléria Botelho da Costa; Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante (Org.)**. - Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013. pp.253-269.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998. p.115.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Col. Memória e Sociedade. Difel: Algés, 2002.

DOURADO, Benvinda Barros. PADOVAN, Regina Célia. A Instrução Pública no norte de Goiás: Um quadro dos lugares de escolas no século XIX. In. ALMEIRA, Vasni. FERREIRA, Renata Brauner (Org.) **História, Sociedade e Cultura no Cerrado Amazônico** – 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 199-237.

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação em Porto Nacional: uma perspectiva histórica**. Benvinda Barros Dourado. Porto Nacional, TO: O Paralelo 13, 2013.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Os Sertões de Goyáz: Um Novo Mundo Sem Colombo em “Apontamentos de Viagem” de Joaquim Antonio Leite de Moraes (1880-1881). **Fronteiras Móveis: culturas, identidades/ Cléria Botelho da Costa; Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante (Org.)**. - Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2013. pp. 273-287.

FARIA FILHO, L.M. et.al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G.; **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2007, p. 135-150.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados, n. 1, jan./jun. 2001, p. 9-43.

PADOVAN, Regina Célia. **Lugar de Escola e “Lugar de Fronteira”: a instrução primária em Boa Vista do Tocantins em Goiás no século XIX (1850-1896)** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás/UFG, Goiânia, 2011a.

PADOVAN, Regina Célia. Lugar de escola em Boa Vista do Tocantins: Espaço e Materialidade da Instrução Primária no extremo norte de Goiás na segunda metade do século XIX. In. BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Org.) **Estudos de História da Educação de Goiás (1830-1930)**. Goiânia: 1. ed. PUC/Goiás, 2011. p. 151-167.b.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Organizadora). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. 303 p.

Rede de Estudos de História da Educação de Goiás. Exemplar Livros do DR.ABÍLIO CÉZAR BORGES disponível em: Binder1.pdf

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia** (Coleção educação contemporânea) Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VALDEZ, Diane. Livros para os expedientes das aulas primárias na província de Goiás (1850-1890) In. BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. (Org.) **Estudos de História da Educação de Goiás (1830-1930)** Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

VALDEZ, Diane. Livros de leitura seriados para a infância: fontes para a história da educação nacional (1866/1930). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1218>. Acesso em: 27 jul. 2021.

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais. **Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro, 2000. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves. NO INTERIOR DA SALA DE AULA: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, pp.25-41, Jan/Jun 2009

VIEIRA, M.P.A. et al. **A pesquisa em História**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2005. 80 p.

### Fontes Documentais

Arquivo Histórico do Estado de Goiás - AHGO, Natividade, caixa 1, 1830-1870.

\_\_\_\_\_ - AHGO, Taguatinga, caixa 2, 1876

\_\_\_\_\_ - AHGO, Conceição do Norte, caixa 1, 1856

\_\_\_\_\_ - AHGO, Porto Imperial, caixa 01, 1858

\_\_\_\_\_ - AHGO, Porto Imperial, caixa 1, 1861

\_\_\_\_\_ - AHGO, Piabanha, doc. 208, 1872

\_\_\_\_\_ - AHGO, Pedro Afonso, caixa 1, 1865

Rede de Estudos de História da Educação em Goiás. REHEG [.Rede de Estudos de História da Educação de Goiás \(ufg.br\)](http://ufg.br). Taguatinga, 1873. Acesso em 02/08/2021

\_\_\_\_\_, Arraial do Carmo, 1874

\_\_\_\_\_, Freguesia N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Carmo, 1890

\_\_\_\_\_, Freguesia N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Carmo, 1890

\_\_\_\_\_, Freguesia N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Carmo, 1890

\_\_\_\_\_, Boa Vista do Tocantins, 1864

\_\_\_\_\_, Conceição do Norte, 1873

\_\_\_\_\_, Conceição do Norte, 1873

\_\_\_\_\_, Natividade, 1873

\_\_\_\_\_, Natividade, 1874

\_\_\_\_\_, Vila da Palma, 1875

\_\_\_\_\_, Piabanha, 1868

\_\_\_\_\_, Pedro Afonso, 1872

Museu das Bandeiras, Cidade de Goiás, Dianópolis, caixa 2, 1878

Museu das Bandeiras, Cidade de Goiás, Conceição do Norte, caixa 1, 1856

Museu das Bandeiras, Cidade de Goiás, Piabanha, caixa 1, 1888

**ANEXO A – RELAÇÃO DOS OBJETOS PEDIDOS PARA ENSINO PRIMÁRIO  
DA VILA DE TAGUATINGA**

Relação dos objetos pedidos para  
o ensino primário dos alunos da  
escola de sexo masculino desta Vila

- 12 Exemplares de Doutrina Cristã
- 12 Catecismo da Diocese de São
- 8 Exemplares de grammaticea portugueza
- 12 Coto de Aritmetica vulgar
- 12 Coto de Systema metrico-decimal
- Quas Collecçoes de traçadas e conjunctas
- 8 Canetas de penna
- 3 Duzias de Canetas para as mesmas
- 3 Duzias de lapizes pretos
- 2 Canivetes
- 8 Canetas com os conjunctos lapizes

Atela Publica em Santa Maria  
de Taguatinga O dia 16 de 1876

O Professor  
João da Cunha e Figueira